



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
SUBCONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO DE GESTÃO PÚBLICA
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE SERVIÇOS NOS ESTADOS

SAS, QUADRA 03, LOTE 5/6, 12º ANDAR - AGU SEDE I - BRASÍLIA/DF 70.070-030

PARECER n. 01598/2025/CJSER-EST/SCGP/CGU/AGU

NUP: 08104.000791/2024-05

INTERESSADOS: UNIÃO - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ - DPF/SRPF/PI

ASSUNTOS: PREGÃO ELETRÔNICO

EMENTA:CONSULTA JURÍDICA. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (AUTO ESCOLA) EM CURSO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS PARA MUDANÇA DE CATEGORIA PARA CATEGORIA D. LICITAÇÃO FRACASSADA. BAIXO VALOR. CONTRATAÇÃO DIRETA. RECOMENDAÇÕES.

1. RELATÓRIO

1. **O DPF/SRPF/PI**, em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei 14.133/21, encaminhou a esta e-CJU/Ssem o processo eletrônico, cujo NUP encontra-se acima mencionado, para análise e manifestação jurídica acerca de dúvida jurídica específica.

2. No documento SEI 67680990 (Ofício), o órgão encaminhou a seguinte dúvida jurídica:

"Cuidam os autos da contratação de empresa especializada (auto escola) em curso de formação de condutores de veículos para mudança de categoria para categoria D.

Conforme se verifica nos autos, foram publicadas duas dispensas eletrônicas, 90002/2024 e 90005/2025, que restaram fracassadas conforme documentos (SEI 39354817 e 55182033) respectivamente.

Diante dos fatos, e diante da necessidade da contratação, optou-se, doravante, pela contratação direta sem o modo eletrônico, considerando os menores valores de propostas constantes dos autos, nos termos do Inc. III do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Isto posto, os autos foram encaminhados para a Unidade de Controle Interno para orientar quanto à possibilidade da contratação nos termos propostos no inciso retro mencionado.

Todavia, em seu Despacho (SEI 66713073) a Unidade de Controle Interno da SR/PF/PI, suscitou dúvidas com relação à modalidade da contratação, uma vez que o Inc. III do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021 se refere a licitação fracassa ou deserta (Despacho SEI 66713073 parágrafos 13 e 14).

Salientamos que o nosso entendimento é pela viabilidade da contratação direta sem divulgação do aviso em site eletrônico, tendo em vista que o procedimento constante do parágrafo 3º do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021, é preferencial e não obrigatório, fato que garante que a dispensa de licitação não eletrônica não foi abolida na nova Lei de Licitações. Entrementes, considerando a recomendação da UCI/SR/PF/PI, encaminhamos os autos a essa Assessoria Jurídica para análise do caso, conforme recomenda o Despacho (SEI 66713073)."

2. ANÁLISE JURÍDICA

3. Trata o presente processo de contratação de curso formação de condutores de veículos para mudança de categoria para categoria D.

4. O órgão consulente, para tanto, publicou Aviso de Dispensa Eletrônica, em duas ocasiões, com critério de julgamento “menor preço por item”.

5. A Dispensa Eletrônica restou fracassada em ambas as vezes, sendo a ultima a Dispensa 90005/2025, na data de 15/05/2025.

6. A dúvida do órgão consulente é sobre a modalidade da contratação, uma vez que o inciso III do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021 se refere a licitação fracassa ou deserta, com a viabilidade da contratação direta sem divulgação do aviso em site eletrônico. Haveria dúvida se tal procedimento, do art. 75, III da Lei nº 14.133/21 poderia ser aplicado à “Dispensa Fracassada”, caso do presente feito.

7. Tem-se que o valor total da contratação é de R\$ 11.584,08 (onze mil quinhentos e oitenta e quatro reais e oito centavos).

8. No art. 75 da Lei 14.133/21 está disposto:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; ~~(Vide Decreto nº 10.922, de 2021)~~ ~~(Vigência)~~ ~~(Vide Decreto nº 11.317, de 2022)~~ Vigência ~~(Vide Decreto nº 11.871, de 2023)~~ Vigência ~~(Vide Decreto nº 12.343, de 2024)~~ Vigência

III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

(...)

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa."

9. Assim, inicialmente, houve uma dispensa de licitação em razão do valor, com fulcro no art. 75, II da Lei 14.133/21. Não teria havido, estrito senso, uma “licitação fracassada”, com o fracasso, na prática (por duas vezes), do Aviso de Dispensa Eletrônico.

10. Em que pese tal fato, em ambos os Avisos de Dispensa Eletrônico realizados pelo órgão consulente, não houve proposta válida, sendo que o procedimento em si respeitou os termos da Lei e foi transparente.

11. As condições da contratação, portanto, podem ser mantidas, sendo certo que a publicação do último Aviso de Dispensa Eletrônico, aquele de número 90005/2025, tem menos de um ano.

12. Por tal motivo, defende-se um tratamento análogo ao de uma “licitação deserta” no presente feito.

13. Nos termos do art. 22, III da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021:

"Art. 22. No caso do procedimento restar fracassado, o órgão ou entidade poderá:

I - republicar o procedimento;

II - fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

III - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

Parágrafo único. O disposto nos incisos I e III **caput** poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto."

14. O órgão consulente, caso não deseje republicar o procedimento pela terceira vez, poderá valer-se da contratação direta de fornecedor cuja proposta tenha sido obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento da Dispensa Eletrônica 90005/2025, nos termos do art. 22, III da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021.

15. Para tanto, recomenda-se ao órgão consulente apresentar uma justificativa técnica para tal escolha, abordando os aspectos práticos com base nos fatos ocorridos indicando a razão de escolha do fornecedor e da proposta selecionada para a contratação direta.

16. Diante de tudo o quanto exposto, respondendo à consulta formulada pelo órgão em epígrafe, opino da seguinte forma:

a) É viável dar um tratamento análogo ao de uma “licitação deserta” no presente feito. O órgão consulente, caso não deseje republicar o procedimento pela terceira vez, poderá valer-se da contratação direta de fornecedor cuja proposta tenha sido obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento da Dispensa Eletrônica 90005/2025, nos termos do art. 22, III da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021.

b) Recomenda-se, ainda, ao órgão consulente apresentar uma justificativa técnica para a escolha do procedimento do art. 22, III da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021 (caso não queira republicar o Aviso de Dispensa Eletrônico pela terceira vez), abordando os aspectos práticos com base nos fatos ocorridos, indicando a razão de escolha do fornecedor e da proposta selecionada para a contratação direta.

17. Nos termos do art. 50, VII, da Lei nº 9.784/99, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais; todavia, ao assim proceder, o gestor público deve estar ciente de que age por sua conta e risco, sob sua responsabilidade, consoante reconhece a jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 826/2011 e nº 521/2013 - Plenário; nº 1.449/2007 e nº 1.333/2011 - 1ª Câmara; nº 4.984/2011 - 2ª Câmara).

18. Ressalte-se que, uma vez efetuadas eventuais modificações recomendadas ou apresentadas as justificativas para a sua não observância, **os autos não necessitam de retorno a esta Consultoria**, conforme Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU (enunciados BPC nº 04 e 05).

À consideração superior.

Brasília, 12 de agosto de 2025.

PEDRO EDUARDO PINHEIRO ANTUNES DE SIQUEIRA
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 08104000791202405 e da chave de acesso 43695171

Documento assinado eletronicamente por *.AGU.GOV.BR, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2768085888 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): *.AGU.GOV.BR. Data e Hora: 12-08-2025 15:19. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.